

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA xª VARA  
CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXX**

**Processo: XXXXXXXX**

**FULANA DE TAL**, já qualificada nos autos da ação movida em face de **XXXXXX - COOPERATIVA HABIT XXXXXXX e Outros**, também qualificados no processo em epígrafe, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, por ser juridicamente pobre, nos termos da Lei 1060/50, em não se conformando com os termos da r. sentença interpor o presente

**RECURSO DE APELAÇÃO**

, com base nas razões que seguem em anexo.

***Ante o exposto***, requer que o recurso seja recebido nos efeitos devolutivo e suspensivo, e, após as formalidades de estilo, sejam os autos encaminhados ao Egrégio Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, para regular processamento.

Termos em que

Espera deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público (a)**

---

# EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

## RAZÕES DE APELAÇÃO

### I - BREVE RELATÓRIO

A recorrente ajuizou a presente ação de rescisão contratual c/c indenização, alegando que, em **mês/ano**, associou-se à primeira requerida e realizou pagamentos em favor do segundo e terceiro requeridos, com o fim de ser reservada unidade habitacional em seu favor, em virtude de inscrição em programa habitacional da **XXXXXX**, que seria realizada pelos réus. Aduz que, em **mês/ano**, firmou contrato com o quarto réu a fim de garantia a aludida unidade. Aponta que, entretanto, tomou conhecimento de que nunca foi realizada sua inscrição no referido programa habitacional. Ao final requer: a) a rescisão do contrato firmado entre as partes; b) a restituição dos valores pagos e c) condenação ao pagamento de danos morais. Requer a concessão dos benefícios da justiça gratuita.

O Juízo *a quo* julgou PARCIALMENTE PROCEDENTE para: a) DECRETAR a rescisão do contrato celebrado entre as partes; b) CONDENAR os réus, solidariamente, a restituir os valores pagos pela autora, conforme comprovantes de fls. **nº**, corrigidos monetariamente conforme índice do INPC desde cada desembolso, e ainda, com incidência de juros de mora de 1% ao mês, contados desde a citação nesses autos.

Inconformado com a r. sentença, a apelante apresenta nesta oportunidade recurso de apelação para que os requeridos sejam condenados em danos morais.

---

## II - DOS FUNDAMENTOS PARA A REFORMA DA SENTENÇA

A r. sentença deve ser reformada para que os pedidos sejam julgados procedentes para que os requeridos sejam condenados em danos morais nos termos da inicial.

O fato é que, em **mês/ano**, a Requerente se associou à primeira Requerida, **XXXXXX**, com o objetivo de entabular a compra do imóvel situado no empreendimento “**TAL**”, que ainda seria construído. Nessa oportunidade, o segundo requerido, **FULANO DE TAL**, presidente da primeira requerida, informou que a requerente deveria efetuar o pagamento de R\$ **xxxxxx**, referente à reserva de vaga de uma unidade habitacional no empreendimento mencionado, além dos encargos a serem arcados com a construtora e a **XXXXXXx**

No dia **xx/xx/xxx**, a requerente depositou a quantia de R\$ **xxxxxx** na conta bancária **nº**, agência **nº**, de titularidade da terceira requerida, **FULANA DE TAL**, a qual é esposa do segundo requerido, **FULANO DE TAL**. No dia **xx/xx/xxxx**, a requerente depositou o valor de R\$ **xxxxx**, nessa mesma conta bancária.

Após o pagamento, o segundo requerido, **FULANO DE TAL**, informou que a requerente deveria providenciar a documentação necessária para inscrição na Companhia de Desenvolvimento Habitacional do **xxxx (XXXXX-XX)**, incluindo documentos pessoais, extrato de FGTS e as certidões negativas de propriedade de imóvel no Distrito Federal. A requerente providenciou a documentação exigida, dispendendo o valor de R\$ **xxxxx** para emissão das certidões negativas, porém o segundo requerido, **FULANO DE TAL**, nunca marcou a data para entrega dessa documentação, sempre adiando e informando que dependia de um posicionamento da **XXXXX-XX** para efetivar a referida inscrição.

Em **xx/xx/xxxx**, em continuidade aos termos daquele contrato, a Requerente realizou contrato com a construtora indicada pelo segundo Requerido, **FULANO DE TAL**, qual seja, a ora quarta requerida,

---

**XXXXX** Construções e Incorporações Ltda, e efetuou o pagamento do valor de R\$ **XXXXX**, relativo ao sinal para reserva da unidade imobiliária nº e garagem nº, no empreendimento **no ENDEREÇO TAL**.

O valor total da unidade era de R\$ **XXXXX**, incluindo o sinal, 12 mensalidades (R\$ **XXXXXX**), FGTS (**XXXXX**) e saldo a ser financiado na CEF (R\$ **XXXX**), e o prazo estimado de entrega da unidade era de 24 (vinte e quatro) meses.

Ocorre que, mesmo após os pagamentos exigidos, a requerente nunca foi inscrita no cadastro da **XXXXX** pelo segundo requerido, **FULANO DE TAL**, situação esta que impediu o prosseguimento do contrato de aquisição do imóvel com a construtora e a Caixa Econômica Federal.

Diante dessa situação, a requerente entrou em contato com o segundo requerido diversas vezes solicitando providências quanto à sua inscrição na **XXXXX** para a devida aquisição do imóvel, conforme conversa anexa, porém não obteve êxito. Deste modo, nos últimos contatos, a requerente vinha solicitando a rescisão do contrato com a restituição dos valores pagos, porém o segundo requerido afirmava apenas que não seria o caso de rescisão, pois iria formalizar o processo da requerente na **XXXXX** e que, com isso, a requerente poderia dar continuidade ao procedimento de aquisição da unidade habitacional junto à quarta requerida e à Caixa Econômica Federal. A mídia contendo as conversas entre as partes e as gravações encontram-se anexas a esta exordial.

Em **xx/xx/xxxx**, houve comunicação da **XXXXX-DF** para a primeira Requerida, **XXXXXX**, afirmando que a Requerente “não possui cadastro nesta **XXXXX**, portanto não há possibilidade de migração ou quaisquer alterações, uma vez que o cadastro não existe”. Em comunicação pessoal com a gerente da **XXXXX-XX**, **FULANA DE TAL**, esta teria lhe informado que o segundo Requerido, **FULANO DE TAL**, não apresentou os documentos de vínculo da Requerente com a cooperativa.

---

Verifica-se, portanto, que os fatos aqui narrados ofenderam a personalidade da Requerente, sobremaneira, fugindo do mero descumprimento contratual. Houve efetiva lesão aos seus direitos de personalidade, sendo imprescindível que o Poder Judiciário condene os Requeridos ao pagamento de indenização por danos morais, pelas condutas reprováveis e ilícitas dos Requeridos.

Como valor justo e suficiente para tais fins, que não gera enriquecimento ilícito, mas que é fundamental para fins punitivos, pedagógicos e preventivos, a condenação deve ser de R\$ **xxxxxxx**.

Dessa forma, a r. sentença deve ser reformada para que os pedidos sejam julgados procedentes nos termos da inicial.

### **III - DO PEDIDO**

***Ante o exposto***, requer que a presente apelação seja conhecida e provida, reformando a sentença proferida pelo Juízo *a quo*, para que os requeridos sejam condenados em danos morais nos termos da inicial.

Termos em que,

Espera deferimento.

**Local, dia, mês e ano.**

**Defensor(a) Público (a)**

---